

A HEGEMONIA DO INGLÊS NA IDENTIDADE DO BRASILEIRO¹

Maria do Rosário Gomes Lima da SILVA (UNESP – Assis)²

RESUMO: Este trabalho expõe reflexões anglófilas sobre as novas fronteiras da geopolítica do inglês e sobre a legitimidade do uso do inglês na língua portuguesa, no Brasil. Na medida em que a linguagem é ao mesmo tempo funcional e social e instrumento de adaptação e prática social, significados são construídos através de escolhas lexicais influenciadas por contextos multisociais e multiculturais, criando-se espaços para construção de identidades. Nesse contexto, a globalização e o trânsito livre dos vocábulos de uma língua para outra podem gerar uma série de diferentes conseqüências nas identidades no sujeito pós-moderno.

ABSTRACT: This paper shows some anglophone reflections about new frontiers on English geopolitics and the legitimacy of using English in Portuguese language in Brazil. As language is, at the same time, functional and social and a tool of social adaptation and practice, meanings are built by lexical choices influenced by multi social and cultural contexts and new identities are also built. In this context, globalization and the free traffic of words from one language to another can create different consequences in the post modern man's identity.

1. Introdução

A comunicação de maneira interativa, no grupo social, é tão importante para o processo de construção e de socialização do sujeito ativo quanto é para a sobrevivência, no sentido de se ter a satisfação das necessidades básicas, como a alimentação, saúde, educação e moradia.

A forma de participação social do sujeito dá-se graças à da linguagem, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e difunde suas idéias, partilha e constrói no mundo, enfim, produz conhecimento. Logo, a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades, de comportamento e atitudes estão intimamente relacionados às diferentes formas de como o indivíduo é exposto e se expõe diante da cultura de uma sociedade e aos meios que o cercam.

O mundo pós-moderno é caracterizado pelo excesso de informações que trava um diálogo com o indivíduo que precisa receber as mensagens, decodificá-las e utilizá-las, para o seu próprio benefício, no exercício de sua cidadania.

Segundo o pensamento de Vigostsky (1988), todo o ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. Ele é marcado pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. Nesse sentido, Geraldi (1995, p.4) diz que:

a linguagem é fundamental no desenvolvimento de todo e qualquer homem. Ela é condição *sine qua non* na apreensão de conceitos que permitem aos sujeitos compreender o mundo e nele agir. Ela é ainda a forma usual de encontros, desencontros e confrontos de posições, pois é por ela, que estas posições se tornam públicas.

Partindo-se do pressuposto de que a língua não é um instrumento de comunicação neutro e transparente, mas que se realiza, também, através de paradoxos, ambigüidades e deslizes, que nos revelam as subjetividades, ela deve ser entendida como um polissistema, constituído por uma norma de uso padrão e suas variantes que podem ser regionais, sociais ou registros. Tais diferenças podem ocorrer quanto ao usuário (dialeto) ou quanto ao uso (idioleto ou registro) e campo de trabalho (tecnoleto).

De acordo com Halliday (1984) as situações lingüísticas diferem umas das outras, basicamente, em três aspectos: o que de fato está acontecendo; quem faz parte da interação e que parte da língua está em uso. Estas três variáveis juntas determinam o tipo de registro de um elenco de vocábulos em uso e ajustados a realidades ante à linguagem que usamos. Mudamos os registros de acordo com os papéis que desempenhamos na sociedade, daí a pluralidade lingüística. Tal situação envolve o campo do discurso – o

¹ Apresentação do trabalho no XI SILEL com financiamento da FUNDUNESP – Fundação para o Desenvolvimento da UNESP.

² E-mail: mrosario@assis.unesp.br

ambiente onde o discurso ocorre, o estilo do discurso – a relação entre os participantes (formalidade, informalidade, carga emocional etc.) e o modo do discurso – o canal de comunicação adotado (oral escrito etc.).

A língua é, portanto, um sistema social e não individual. Constitui-se como prática social em evidência no dia-a-dia, no desenvolvimento de um espaço privilegiado para a construção de identidades.

Portanto a linguagem é, ao mesmo tempo, funcional e social na medida em que significados são construídos por meio de escolhas lexicais influenciadas por contextos sociais e culturais. Como instrumento de adaptação e interação social, a linguagem possui um recurso adaptativo que atende às necessidades sociais (coletividade) e individuais (biológicas e psicológicas) dos interlocutores envolvidos.

O conceito de identidade é complexo como qualquer fenômeno social. Hall (2005) distingue três concepções de identidade. A primeira surge no Iluminismo baseado na concepção de ser humano como indivíduo centrado, unificado, movido pela razão cuja identidade era praticamente inata, monolítica e imutável ao longo de sua existência. Depois, veio a idéia de um sujeito que se estrutura, por meio das relações com outras pessoas, o sujeito sociológico. O sujeito começa, então a ter sua identidade fragmentada na medida em que há uma interação entre o mundo exterior e o interior. Na concepção pós-moderna do indivíduo, a identidade não é fixa nem permanente. A pessoa tem identidades múltiplas e as "veste", de acordo com o papel que exerce em um determinado momento – estudante, trabalhador(a), pai/mãe e marido/esposa, por exemplo.

No Brasil, essa discussão, frequentemente, remete-nos ao debate sobre identidade nacional. Com pouco mais de cinco séculos de história e menos de 200 anos como nação independente, o país possui características que tornam complexa a definição do que vem a ser a identidade brasileira. Aqui se deu a mistura de raças e de culturas, mesclando elementos indígenas, europeus e africanos. A partir da proclamação da independência, os símbolos ganham importância na afirmação da identidade de nação livre. A princípio, nobreza, bandeiras e hinos desempenhavam a função de identidade nacional. Depois surgem alguns mitos, como D. Pedro ou Tiradentes. No campo cultural, os primeiros sinais de rompimento com padrões estéticos estrangeiros demoram mais a aparecer, talvez só revelados em meados do século XX com certa intensificação do processo da valorização dos elementos genuinamente nacionais nos vários campos da manifestação artística. Nos últimos 50 anos, os meios de comunicação passaram também a desempenhar papel importante na construção da identidade.

2. Língua X prática social

Burke (1995) estabelece quatro relações entre línguas e sociedade:

1. Grupos sociais diferentes usam variedades diferentes de língua: a linguagem pode marcar minorias, variedades da linguagem podem estar associadas à classe social, a linguagem da mulher pode diferenciar da do homem etc. Temos também os dialetos regionais, variedades da língua baseadas em profissão, religião etc. (dialetos sociais, socioletos ou línguas especiais ou setoriais) que marcam os grupos.
2. Os mesmos indivíduos empregam variedades diferentes de língua em situações diferentes: são estratégias dos falantes, conscientes ou não, empregadas na alteração ou na mudança de um registro para o outro, mudança entre dialeto e língua literária, formas de polidez e impolidez, língua oral e língua escrita etc.
3. A língua reflete a sociedade ou a cultura, na qual é usada: sotaque, o vocabulário e o estilo geral do falar de uma pessoa revelam situações a respeito da posição do indivíduo na sociedade e as formas lingüísticas, suas variações e mudanças contam-nos algo sobre a natureza da totalidade das relações sociais, em uma determinada cultura.
4. A língua reflete e molda a sociedade na qual é usada: ela tem o poder de controlar, resistir, mudar, impedir a mudança, afirmar ou suprimir as identidades culturais, tanto de indivíduos como de grupos.

Em um nível mais geral, lingüistas, sociólogos e historiadores argumentam que a língua tem um papel fundamental na construção social da realidade: ela cria ou constitui a sociedade assim como é constituída pela sociedade (Burke, 1995, p.42).

Quando usam a língua, as pessoas fazem muito mais do que expor seus pensamentos e sentimentos para o seu interlocutor. Numa interação lingüística, os falantes definem papéis e identificam-se como parte de um grupo. Temos, então, um grupo de pessoas que compartilham das mesmas regras e dos mesmos padrões para o que, quando e o como dizer alguma coisa; isto é o que Swales (1990) denomina **comunidade**

de fala. É claro que cada falante pode pertencer simultaneamente a mais de uma comunidade de fala. Um indivíduo participa de um número indefinido de agrupamentos sociais de extensão variável (familiar, profissional, esportivo, política). Em cada grupo e em diferentes momentos, ele faz escolhas, principalmente lexicais, para comunicar-se com o grupo.

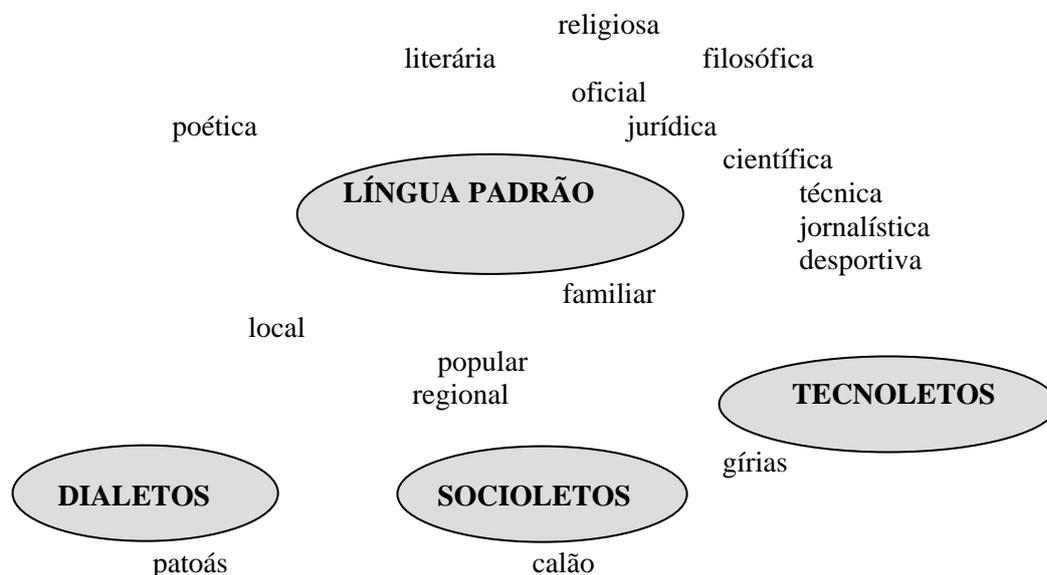
Há também aquele grupo de pessoas que têm objetivos comuns, possuem mecanismos de intercomunicação entre seus membros, usam mecanismos participativos para a troca de informação, utilizam um ou mais gênero específico, possuem léxico específico e habilidade discursiva para comunicação em diferentes graus de conteúdo. Este grupo é denominado por Swales (1990) de **comunidade discursiva**.

A linguagem, então, não pode ser considerada como um mero meio de comunicação, pois por si só ela não garante a comunicação. Além disso, a disponibilidade de uma língua em comum também não é pré-condição para que a comunicação ocorra. Na verdade, é o reconhecimento da possibilidade de comunicar-se com o outro, o interesse, a disposição, a vontade para interagir que nos dão a certeza de que falamos a “mesma língua”.

Cada língua é um conglomerado de línguas, de constantes e de variantes. Os dialetos, os falares regionais e locais, as línguas específicas de diversos grupos sociais apenas se definem como tal em relação à “Norma”, uma “língua padrão”, com a qual se identificam, por meio de uma maioria de constantes e da qual se afastam por meio de uma minoria de variantes. Neste sentido, somos plurilíngües mesmo falando uma mesma língua ou idioma.

Coseriu (1979) aponta algumas deficiências na proposta de polarização dos fenômenos da linguagem de Saussure, considerado o precursor da Linguística Moderna. Uma delas é ignorar o ponto em que língua e fala se encontram e se combinam — o ato verbal. Na prática, a dicotomia saussureana (*langue/parole*) não dá conta de questões de ordem semântica, pois, no ato verbal, no falar concreto, no ato da fala encontramos tanto fenômenos individuais como sociais. O social comprova-se nos atos lingüísticos individuais. Assim, os vocábulos de origem estrangeira, por exemplo, tornam-se sociais na medida em que muitas pessoas fazem uso deles.

Nesse contexto, podemos dizer que temos várias “línguas” à nossa disposição: uma padronizada e oficial, uma familiar, uma vulgar, uma considerada calão, registro de arcaísmos (registros que já não pertencem à “norma” atual), registro dos neologismos, socioletos, tecnoletos etc. De tudo isto resulta um polissistema de extrema complexidade, flexibilidade e criatividade que pode ser assim esquematizada (cf. Silva, 2000 e Wandruska, 1980):



Esquema do polissistema da língua

3. Língua X política

Dessa disposição para a comunicação, o homem evoluiu socialmente e as sociedades foram formadas. Na medida em que as sociedades foram evoluindo e se consolidando, regras de convivência foram sendo criadas. Entre essas regras, estão as gramaticais, que podem ser entendidas como um esforço prescritivo para

controlar comportamentos lingüísticos. Há regras constitutivas, mas há também as regras reguladoras que têm um caráter arbitrário e são formuladas com o argumento de coibir excessos.

Nesse aspecto, a língua é muito mais do que um simples código ou meio de comunicação. Ela é uma das principais, se não a principal, marcas de identidade, ponto de aglutinação de um povo. É uma bandeira política, como afirma o lingüista Rajagopalan (2004) e, como tal, pode servir a todo tipo de interesse. As línguas são a própria expressão das identidades de quem delas se apropria.

Assim, o desejo de controlar as línguas ou, muitas vezes, de mantê-las puras, sempre existiu. Todavia isso é perigoso, na medida em que se possa extrapolar o lingüístico e chegar a conseqüências políticas extremas, como já nos mostrou a história.

Por outro lado, em um processo de colonização, as línguas são o alvo preferido dos colonizadores. Com o argumento de unificação, o colonizador reprime as línguas minoritárias ou locais, fazendo prevalecer a sua, que usam para consolidar o poder. Privar um povo do direito de usar seu próprio idioma ou dialeto é roubar sua própria identidade.

O Timor Leste, ex-colônia portuguesa no Sudoeste Asiático, ocupado pela Indonésia, entre 1975 e 1999, quando a população decidiu, por meio de plebiscito, pela independência, vive atualmente uma grande crise política. O problema se coloca como um confronto étnico entre grupos rivais. No entanto, a origem dos conflitos pode estar em uma crise de identidade. Em seu processo de liberdade, a língua portuguesa foi escolhida como idioma nacional e oficial do país, apesar da decisão ser fortemente criticada pelos jovens que foram educados em indonésio no período da ocupação. A escolha pelo português, idioma dominado pela diáspora timorense em Portugal e Moçambique, e falado por somente 5% da população, representava mais um projeto político de distanciamento da Indonésia e fortalecia as posições de poder das diásporas lusófonas. A adoção da língua portuguesa, símbolo de resistência à ocupação Indonésia, alimentou sentimentos de exclusão política e moral no processo de construção de um Estado independente. A decisão pelo idioma português desconsidera toda a diversidade cultural e lingüística e explica grande parte da raiz dos distúrbios que ocorrem em Timor Leste.

Infelizmente, a intolerância, a ignorância ou a manipulação ideológica trazem consigo todo tipo de preconceito. Mas há um que parece mais velado, mas que se revela em algumas situações. É o preconceito lingüístico. Bagno (2001) nos leva a refletir sobre alguns desses preconceitos em relação à língua. A unidade da língua não considera as diferenças regionais; a primazia de uma variante sobre outra; a dificuldade de aprendizagem de uma língua; o nivelamento da língua oral pela escrita; o domínio da norma culta como instrumento de ascensão social, entre outros.

Um comportamento preconceituoso em relação à língua é estimulado por vários fatores que contribuem para um círculo vicioso dessa natureza. Um deles é o abismo que há entre língua real e língua ideal. Língua ideal é vista como um sistema de normas e não se leva em consideração o seu uso social — língua real.

O preconceito dá-se pela intolerância em relação ao que pode ser diferente do que se acredita ser o ideal. Se muitas vezes não aceitamos a variação da norma, dentro de uma mesma língua, torna-se ainda mais difícil aceitar a invasão estrangeira.

Nos últimos anos, tem havido uma caça às bruxas (ou caça aos estrangeirismos), por se considerar o uso de vocábulos estrangeiros um fenômeno extremamente prejudicial à língua portuguesa e típico da pós-modernidade.

Estas manifestações chegaram ao poder legislativo gerando um Projeto de Lei Federal nº. 1676/1999 (Rebelo, 1999) que “dispõe sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa e dá outras providências”, proibindo o uso de estrangeirismos na imprensa, nos meios televisivos e também nos anúncios publicitários, como se a soberania nacional estivesse sendo ameaçada.

Na dimensão histórica, a língua é uma arma poderosa e governantes podem usá-la para fins diversos, inclusive na busca de mais poder como fazem muitos governos totalitários.

A Lei dos Estrangeirismos é um exemplo de regra reguladora do Estado. Também o é a cartilha *Politicamente Correto e Direitos Humanos* (Queiroz, 2004), publicada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República, “com vistas a colaborar para a construção de uma cultura de direitos humanos [...] e como forma de chamar a atenção de toda a sociedade para o que o historiador Pinsky (1993) chamou de ‘os preconceitos nossos de cada dia’.” Em sua introdução, a cartilha, que já nasceu morta por força da vigilância da opinião pública, demonstra sua maior incoerência, ou seja, ao tentar coibir um preconceito, ela cria outro ao sugerir a troca de um vocábulo ou expressão por outro. A cartilha considera que a expressão *a coisa ficou preta* traz conotação racista; *barbeiro*, usado para definir motorista inapto, ofende o profissional; *branquelo* denota preconceito racial; *judiar* tem conotação pejorativa contra os judeus.

Na mesma cartilha, o termo *gringo* denota xenofobia, portanto não deve ser usado. Se tal vocábulo tem esta denotação, então o que dizer da Lei que coíbe os estrangeirismos? Ela também não denotaria xenofobia ao proibir o uso de vocábulos estrangeiros?

Em meu ponto de vista, os estrangeirismos adotados pelos usuários da língua portuguesa, no Brasil, não constituem atitude de caráter fascista. O usuário tem o direito legítimo de usar a língua da forma como lhe melhor couber. Novamente, a história nos mostra que a língua está sendo usada como arma política para defender as ideologias de grupos que disputam o poder ou como desculpa para atacar o chamado monstro da globalização. Por trás de objetivos, aparentemente nobres, escondem-se atitudes autoritárias. Embora o debate seja movido por posições políticas e sociais, na superfície ele trata das questões lingüísticas, o que produz discursos superficiais e equivocados sobre a linguagem.

Cabe, então, questionar quem tem o direito de regular o que é legítimo numa língua e quem pode exercer tal poder em nome da língua.

4. Identidades nacionais X globalização

O contato lingüístico gera um terreno propício ao desenvolvimento de certos aspectos sociais da linguagem em que posições políticas e sociais podem aflorar.

O fenômeno da globalização já é um fato e nos mais variados setores do mundo pós-moderno, como comércio, economia, política, arte, moda etc. há um compartilhamento de idéias, por assim dizer.

Hall (2005) define globalização ou internacionalização como *àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.* (Hall, 2005, p. 67).

É claro que a globalização traz consigo pontos positivos e negativos. Segundo Hall (2005) tal fenômeno e o trânsito livre dos vocábulos de uma língua para outra podem gerar uma série de diferentes conseqüências nas identidades como:

- homogeneização cultural em que as identidades podem ficar reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou moeda global;
- fortalecimento das identidades nacionais, locais ou regionais por resistência à globalização, podendo levar ao racismo cultural;
- declínio das identidades nacionais e criação de *novas* identidades — híbridas;
- efeito contestador e deslocador de identidades centradas e fechadas de uma cultura nacional;
- efeito pluralizante sobre as identidades, tornando-as mais posicionais, mais políticas, mais plurais e diversas, menos fixas unificadas ou trans-históricas.

Como a globalização, também o estrangeirismo é um fenômeno constante no contato entre comunidades lingüísticas. A noção de estrangeirismo confere uma suspeita de identidade alienígena, carregada de valores simbólicos, relacionados aos falantes da língua que origina o empréstimo.

No entanto, diferentes grupos em uma comunidade podem atribuir valores diferentes às identidades ligadas aos falantes de outras línguas e esses valores podem ser conflitantes.

A princípio, é fácil afirmar que o uso de vocábulos como *delivery* ou *coffee break* sejam considerados abusivos, uma vez que temos correlatos no vernáculo. Mas quem garante que, daqui a alguns anos, estes estrangeirismos não sumirão, assim como já aconteceu com *corner* no futebol e com o *rouge* da maquiagem, para não ficar só no anglicismo. Da mesma forma, ninguém pode garantir que poderão ser tão naturalmente usados e incorporados à língua como *garçom*, *futebol*, e *sutiã*, vocábulos hoje tão incorporados à língua portuguesa que possivelmente, poucos falantes saibam que são empréstimos lingüísticos. Todavia, tais vocábulos não foram considerados legítimos no passado.

Os estrangeirismos que incomodam e que, portanto são mais facilmente identificáveis ainda não completaram o processo de incorporação à língua, que se pode dar pela adaptação morfológica, ou não. O *Dicionário Ortográfico da Língua Portuguesa* (1998), publicado pela Academia Brasileira de Letras, traz alguns vocábulos estrangeiros já incorporados à nossa língua em sua forma original, principalmente aqueles ligados à Informática (software, hardware, boot). Por que alguns termos de uso mais contemporâneo são vistos de forma preconceituosa e tratados como vilões? São todos frutos do contato lingüístico, todos serviram, ou servem, como a linguagem serve, para marcar identidades, sejam elas, exóticas, afetadas ou de prestígio. Isto também acontece com relação a outras escolhas lingüísticas, que não envolvem

estrangeirismos, mas que, igualmente, podem marcar pompa, status e preconceito. Incorporar palavras de outras línguas é uma condição geral das línguas.

Assim, a decisão quanto à legitimidade do uso do lexema estrangeiro pela comunidade que o acolhe é da própria comunidade, dos próprios sujeitos envolvidos na comunicação. O homem constrói sua própria história, mais por meio de fatos e acontecimentos do que da legislação. Em uma perspectiva histórica, percebemos que a constituição do vocabulário de qualquer língua nunca é homogênea.

Estamos aqui tratando basicamente da língua falada que é a essência das línguas naturais, uma vez que sua representação escrita é mais passível de controle e, por isso, serve como “padrão da língua prestigiosa do poder” (Garcez, 2000).

A polêmica atual contra os estrangeirismos concentra-se, principalmente, nos anglicismos, elementos que vêm do inglês. O inglês é, sem dúvida, a grande fonte atual de empréstimos não só ao português. Isto decorre do momento histórico-político que vivemos. Os Estados Unidos são hoje a maior potência econômica mundial, da mesma forma que foi Roma o maior império na Idade Média e que a França gozou do maior prestígio cultural por volta do século XVIII. Cada qual no seu tempo, tiveram seu status. Enfim, a bola da vez são os Estados Unidos e a presença anglófona na vida de comunidades urbanas mundo afora é fato. É o apelo do capitalismo globalizante. Importamos produtos, tecnologia, entretenimento, informação e, nesse pacote, importamos também a língua ou a terminologia pertinente. O maior exemplo de que o inglês é hoje a língua de comunicação internacional, resulta do fato de ser a língua oficial usada não por chefes de Estados, mas para comunicação entre pilotos e controladores de tráfego aéreo, seja em que país for. Há que se respeitar as diferenças de usos e não há primazia da língua inglesa norte-americana.

Que garantia temos em relação do futuro? Se o domínio econômico mundial estiver nas mãos da China, o mandarim poderá deixar suas marcas no mundo ocidental. Sempre houve e sempre haverá contatos lingüísticos, decorrentes das mais diversas ordens. Mas parece-me que o assunto tem sido tratado como fenômeno exclusivo do momento histórico atual. Então a desconfiança em relação aos estrangeirismos é mais uma desconfiança em relação à simbólica colonização norte-americana.

5. Considerações Finais

O uso de estrangeirismos não é imprescindível, mas pode ser desejável por muitos e por razões diversas. É tão prejudicial quanto já foram outros em outras épocas. Concluimos, dessa forma, que a repressão dá-se mais por razões políticas do que lingüísticas.

A postura de patrulheiros lingüísticos dos legisladores de esquerda (deputados do PC do B e secretário de Estado do PT, no caso do Brasil) contra o que consideram uma ameaça à identidade nacional unitária, ignora a enorme diversidade lingüística brasileira, e, conseqüentemente a língua popular. Por coerência, talvez queiram manter a língua portuguesa, variante brasileira pura também dos ataques e influências internas, das variantes não-prestigiosas da língua falada pelos que não detêm o poder, não escrevem e não consomem.

A questão do uso de palavras estrangeiras deveria ser tratada sob o ponto de vista meramente técnico e, portanto, por especialistas (estudiosos da linguagem). No entanto, uma discussão tratada como lingüística em sua superfície reveste-se de ideologia política em sua estrutura mais profunda.

O argumento de que a contaminação lingüística estrangeira ameaça a unidade nacional, é estratégia de exclusão social e favorece a compreensão somente de quem conhece a língua estrangeira não procede. Partindo de tal princípio, qualquer enunciado em vernáculo puro seria compreensível para qualquer brasileiro, em qualquer região do país, independentemente do grau de instrução e peculiaridades regionais de fala, pelo simples fato de que a língua usada é completamente isenta de contaminação estrangeira. Ao passo que um enunciado com vocábulos estrangeiros não seria compreensível a não ser por aqueles que conhecessem a língua estrangeira ali utilizada. Já explicamos, no início deste artigo, que essa tese não se confirma porque não somos monolíngues, somos políglotas em nossa própria língua, e é mito crer que uma língua constitua-se como uma unidade.

Portanto, o sucesso ou o fracasso de uma interação está, muitas vezes, mais ligado à convenção lingüística que os participantes do processo comunicativo têm em comum do que ao uso de um mesmo idioma. A idéia de que o uso de estrangeirismo gera exclusão social e de que o seu combate garante uma inclusão democrática não se sustenta. O equívoco está em não se ver que usamos a linguagem para demarcarmos quem é quem nas interações, a que grupo pertencemos ou queremos nos associar ou que intenção temos.

As identidades foram mudando ao longo do curso da história. As nações modernas são híbridas culturalmente falando. Identidades culturais que não são fixas estão emergindo, resultado de complicados

cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns na era da globalização. A identidade forma-se ao longo do tempo e mediante processos inconscientes, portanto não é algo inato. As identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formadas e transformadas no interior das representações. Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades tornam-se desvinculadas de tempos, lugares, histórias e tradições específicos.

O sujeito pós-moderno tem sua identidade formada e transformada, diferente em diferentes momentos, não unificada ao redor do “eu”, plural, coletiva e social e sofre confrontos múltiplos. Língua e identidade estão estreitamente relacionados. Os significados são mutáveis e instáveis, apesar de procurar o fechamento (identidade), será sempre perturbado pela diferença (Hall, 2005).

Neste sentido, reafirmamos a noção de linguagem como sendo instrumento de interação social e, assim, adaptável em diferentes momentos e situações. Os estudos de manifestações comunicativas abrem caminhos para uma conscientização sobre a importância de entender a linguagem como entidade social.

A “globalização” lingüística em favor da língua inglesa já é uma realidade neste início de século, sobretudo pela chegada de novas tecnologias da informação e pela estruturação de uma economia aberta para o mercado global.

Todavia, embora a língua inglesa pareça ter um papel tendencialmente globalizante, não é preciso achar que línguas diferentes estão prestes a sofrer um processo de extinção. Outras línguas, sem dúvida, subsistirão, paralelamente a tal “assalto” anglo-saxônico. A língua portuguesa também se presta ao papel inverso e enriquece outras línguas, como *azulejo* usado no francês, *mandarim* no inglês entre outras tantas citadas por Costa, 2000. O empréstimo vocabular não é marca de decadência da língua, mas da vitalidade de sua cultura em contato com outras culturas e outras línguas.

6. Referências bibliográficas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: A Academia, 1998.

BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2001.

BURKE, P. *A Arte da Conversação*. São Paulo: Unesp, 1995.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Trad. de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Presença-EDUSP, 1979.

COSTA, Sérgio Corrêa. *Palavras sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GARCEZ, P. E ZILLES, A. Estrangeirismos: empréstimo ou ameaça? In: LOPES DA SILVA, F. *O direito à fala*. Florianópolis: Insular, 2000.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP2A, 2005.

HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. Bath: Edward Arnold, 1984.

PINSKY, J. *Brasileiro (a) é assim mesmo — cidadania e preconceito*. São Paulo: Contexto, 1993.

QUEIROZ, A. C. *Politicamente Correto e Direitos Humanos*. Brasília: SEDH, 2004.

RAJAGOPALAN, K. *A lingüística que nos faz falhar*. São Paulo: Parábola, 2004.

REBELO, A. *Culta, bela e ultrajada: um projeto em defesa da língua Portuguesa*. Brasília: Aldo Rebelo, 1999.

SILVA, M. R. G. L. *Empréstimos Lingüísticos do Inglês no Discurso Jornalístico Brasileiro*. Assis, 1992. 105p. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

SILVA, M. R. G. L. *O uso da língua inglesa na fala de alguns profissionais brasileiros da área de informática*. Assis, 2000. 216 p. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

SILVA, M. R. G. L. Os estrangeirismos e a construção de identidades, in SILVA, M. R. G. L. (orgs.) *Estudos Lingüísticos e Ensino de Línguas*. São Paulo: Arte e Ciência, 2006, p. 107-120.

SWALES, J. *Genre Analysis: English in Academic and Research Settings*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.

WANDRUSZKA, M. O bilingüismo do tradutor. In: LADMIRAL, J. R. *A Tradução e seus problemas*. Trad. de Luiza Azvaga. Lisboa: Edições 70, 1980.

VYGOTSKY, L. *Pensamento e linguagem*. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.